



COMPANHIA ABERTA
CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251,
Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará

Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes



8.2 Classificação da carteira de crédito por nível de risco distribuída por setor de atividade

Exercício 2009	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Sector Privado	-	554.006	6.026	7.288	15.797	1.257	1.761	2.431	20.647	609.213
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	9.237	9.237
Habitacional	-	-	-	263	240	248	947	1.640	768	4.106
Pessoas Físicas	-	554.006	6.026	7.025	15.557	1.009	814	791	10.642	595.870
Sector Público	574	-	-	-	-	-	-	-	-	574
Percentual Requerido	-	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	30,0%	50,0%	70,0%	100%	
Provisão	-	(2.770)	(60)	(219)	(1.581)	(377)	(880)	(1.702)	(20.647)	(28.236)
Exercício 2008										
Total da Carteira	1.530	411.326	1.559	2.546	1.044	1.158	883	5.775	18.471	444.292
Provisão	-	(2.057)	(16)	(76)	(104)	(347)	(441)	(4.043)	(18.471)	(25.555)

8.3 Provisão Para Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	2009	2008
Saldo no Início do exercício	(25.555)	(29.226)
Provisões Constituídas	(30.218)	(21.986)
Reversões de Provisões	10.379	16.568
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	17.158	9.089
Saldos no fim do exercício	(28.236)	(25.555)

O montante dos créditos recuperados, no exercício, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão foi de R\$6.234 mil (R\$ 5.549 no exercício de 2008).

9 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

Itens	2009	2008
Sistema de Processamento de Dados	30.031	28.540
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.455	6.196
Sistema de Comunicação	799	546
Sistema de Segurança e Transportes	1.875	1.528
Móveis e Equipamentos em Estoque	3.333	1.631
Imobilizações em Curso	2.941	181
Total	45.434	38.622

10 CAPTAÇÕES

Depósitos	2009	2008
Depósitos à Vista	570.659	516.817
Depósitos de Poupança	230.666	198.820
Depósitos Interfinanceiros	27.998	31.031
Depósitos a Prazo	579.814	497.754
Total de Depósitos	1.409.137	1.244.422

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos à Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Diversas	2009	2008
Cheque Administrativo	1.101	1.228
Contrato de Assunção de Obrigações	5.336	4.624
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	10	18
Obrigações por Convênios	11.878	10.376
Obrigações por Prestação de Serviços	7.121	4.848
Provisão para Pagamentos a Efetuar	43.310	39.482
Credores Diversos	1.446	2.153
Passivo Contingente – Trabalhista	6.433	8.094
Passivo Contingente – Cíveis	8.208	6.584
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação	1.302	1.311
Total	86.145	78.718

A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As principais provisões constituídas no exercício que compõem o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR, são:

Itens	2009	2008
Provisão com Pessoal	6.869	6.041
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	35	101
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	2.566	2.885
Obrigações Atuarial	28.678	26.120
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	4.775	4.181
Outros	387	154
Total	43.310	39.482

a) Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente.

b) Passivos contingentes e obrigações legais – Fiscais e Previdenciárias – O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em consideração: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que provisiona-se 100% dos valores relacionados. A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O Banpará vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31.12.2009, são:

- **CPMF - R\$ 1.612 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$ 329 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ISS - R\$ 985 mil** - Trata-se de Ação Anulatória de Débitos Fiscais com Pedido de Depósito impugnando judicialmente os autos de infração julgados procedentes pelo Município de Belém, impondo ao banco a obrigação de pagamento de valores decorrentes de um pretenso recolhimento à menor de ISSQN. A tese do banco tem